

ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXERCITO

Termo de Referência 17/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
17/2026	160525-ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXERCITO	TIAGO SOUSA COSTA	06/04/2026 15:26 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		64512.002890/2026-44

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64512.002890/2026-44)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de aquisição de material permanente para o Salão de Provas da ESFCEX, nos termos da tabela anexa a este Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da ata de registro de preço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Qualquer divergência entre a descrição contida no código do material (catmat) lançado na plataforma compras.gov e /ou na nota de empenho, prevalecerá sempre a descrição do objeto contida neste termo de referência para fins de entrega do material.

1.5.1. O fornecedor vencedor, antes da realização da entrega do material, deverá verificar a descrição do objeto na tabela contida no anexo, referente a item 1.1 deste termo de referência.

1.5.2. A entrega de material diferente da descrição prevista no anexo deste termo de Referência não será aceito pela administração.

1.5.3. A relação de materiais constante no anexo deste Termo de Referência poderá conter imagens meramente ilustrativas de cada item, com a finalidade exclusiva de orientar os licitantes quanto às características gerais dos produtos a serem ofertados.

1.5.3.1 Ressalta-se que tais imagens possuem caráter exemplificativo, não vinculando a Administração a marcas, modelos ou fabricantes específicos, devendo os licitantes observar integralmente as especificações técnicas descritas para cada item.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000419/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 15/11/2025;
- III) Id do item no PCA: 48;
- IV) Classe/Grupo: 9999 - ITENS DIVERSOS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 160525-39/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR –15448-1 e 15448-2;

4.1.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

Subcontratação

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.24. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.25. Os itens 21 e 29 não serão objeto de reserva de cota de até 25% para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que o seu fracionamento pode acarretar prejuízos à padronização dos materiais a serem fornecidos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, a qual será enviada para o e-mail cadastrado pelo fornecedor no SICAF, em remessa única.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias corridos de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Território do Amapá, nº 455, Pituba, Salvador - BA, CEP: 41.830-540.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,06% (seis centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,1% (um décimo por cento) a 12% (doze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,1% (um décimo por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,1% (um décimo por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,1% (um décimo por cento) a 7,5% (sete e meio por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,1% (um décimo por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/03/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o (s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será parcelado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- 9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da parcela pertinente.
- 9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.32. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, 938.423,48 (novecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Salvador - BA, 2 de abril de 2026

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13.1. Não se aplica.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

14.1. Não se aplica.

Local-UF, de de 20....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

TIAGO SOUSA COSTA

Equipe de planejamento



Assinou eletronicamente em 06/04/2026 às 15:26:13.

Documento assinado digitalmente



FRANCISCO ELIEZER CURADO SOBRINHO

Data: 06/04/2026 15:35:09-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FRANCISCO ELIEZER CURADO SOBRINHO

Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente



BRUNO DE TEIVE E ARGOLLO GUERRA

Data: 06/04/2026 17:15:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

BRUNO DE TEIVE E ARGOLLO GUERRA

Equipe de Planejamento







Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.









- Anexo I - Lista de material - Pregao de Mat Permanente




MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SAÚDE E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO

ORD	CAT MAT	OBJETO	IMAGEM	UND	ESFCEx		19º BC		Qtde Total	Valor Unt	VALOR TOTAL
					Qtde Min	Qtde Máx	Qtde Min	Qtde Máx			
1	464620	Suporte para caixa de som com 4 regulagens de inclinação vertical (0°, 10°, 20° e 30°), permite rotação da caixa, medidas aproximadas: Altura (cm): 18, Largura (cm): 7,0 Comprimento (cm): 35, Distância até o Apoio (cm): 25, Material: Aço, Ajustes: Inclinação, lugar de colocação: parede, cor: preto.		UND	1	15	1	8	23	R\$ 105,00	R\$ 2.415,00
2	616534	Painel Letreiro Led Comercial Interno Loja Fachada, painel de led, com controle de exibição de mensagens por meio eletrônico (aplicativo ou software compatível), Bivolt, Tamanho 70cm x 20cm, Conexão via WiFi, Cor do LED: Azul, Aplicação: Uso interno e externo coberto.		UND	1	5	0	0	5	R\$ 381,78	R\$ 1.908,90
3	629109	Suporte para projetor universal de teto e parede, ajuste de inclinação (TILT): Até 15° (para cada lado); Ajuste de altura 29 a 90 cm (braço extensor), Pode ser instalado na parede ou teto; Pontos para fixação do cabeamento de áudio, vídeo e energia, Altura Mínima: 4,5 cm; Altura Intermediária: 29 cm; Altura Máxima: 90 cm, Material: Aço inoxidável; Acabamento: Tratamento Anticorrosão e pintura Epóxi Eletrostática.		UND	1	5	1	4	9	R\$ 126,00	R\$ 1.134,00
4	473592	Tela de projeção elétrica retrátil motorizada, com acionamento por controle remoto ou interruptor, área de projeção mínima de 305 x 229 cm (150 polegadas), formato 4:3, superfície de projeção tipo Matte White com ganho aproximado de 1.0 a 1.1, bordas laterais e superior/inferior para melhor enquadramento da imagem, estrutura com estojo metálico resistente à corrosão, instalação em parede ou teto, alimentação 110V ou bivolt, motor silencioso com parada ajustável e acessórios completos para fixação. Equipamento destinado à projeção de imagens em auditórios e ambientes educacionais.		UND	1	5	1	3	8	R\$ 1.550,00	R\$ 12.400,00
5	480211	Microfone Para Conferência Usb e viva voz, Função de silenciar, Redução de ruído, Dispositivos compatíveis: PC, Laptop, PC Todo em Uno, Sony PS4 e Notebook, Frequência mínima - Frequência máxima 20 Hz - 20 kHz, cobertura de 360°, Cor: Preto, 1x Microfone USB, Conferência, Cabo 1,8m, Manual, Elétrico com fio, Com luz LED, Plataforma de hardware: Notebook, PC.		UND	1	10	1	10	20	R\$ 245,00	R\$ 4.900,00
6	461528	Suporte Pedestal de microfone, Tipo de suporte: Girafa, Tipo de base: Tripé, Material: Aço, Altura mínima - Altura máxima: 35 cm - 156 cm, Ângulo de rotação: 360°, cor: preto.		UND	1	20	1	10	30	R\$ 109,61	R\$ 3.288,30

7	626353	Pedestal para Microfone de Mesa, Tipo de suporte: Reto, Tipo de base: Redonda, Material: Polipropileno, Altura mínima - Altura máxima: 22 cm - 34 cm, cor: preto, Diâmetro: 11 cm.		UND	1	20	1	10	30	R\$ 47,45	R\$ 1.423,50
8	486517	Púlpito de madeira de alta qualidade, com rodas possuindo recurso de bloqueio, com duas prateleiras de armazenamento, dimensões da superfície de leitura: 50 cm x 41 cm - Altura: 108 cm - Dimensões da base: 41 cm x 34 cm, aplicável: Conferência, Auditório, Sala de Aula, Painel à base de madeira, cor: escura ou equivalente.		UND	1	5	0	0	5	R\$ 4.100,00	R\$ 20.500,00
9	613391	Pulpito de Acrílico, Medidas: ± 1,13 Mt Altura x 50 cm largura x 40 cm profundidade, Modelo Coluna em torre tradicional quadrada, Mesa projetada com ressalto de ± 2cm dobrado em "L" para conter os objetos sobre a mesa, Prateleira para apoio de objetos e/ou copos em acrílico cristal, Mesa superior ampla com inclinação para suporte de aparelhos eletrônicos,		UND	1	5	1	3	8	R\$ 1.429,50	R\$ 11.436,00
10	465721	Relógio de Parede led Vermelho digital alto Brilho com termômetro, data e hora, 36L x 15A centímetros, dia da semana, números grandes de fácil visualização 5,5 x 3,5 cm. Sistema eletrônico de Quartz, Dimensões: Largura: 36 cm x Altura: 15 cm x Profundidade: 3 cm Cores: Preto com Led Vermelho, Fonte Bivolt 110V / 220V, 1 Manual, 1 controle remoto.		UND	1	10	0	0	10	R\$ 99,00	R\$ 990,00
11	482587	Cronômetro e Relógio Parede Digital Painel Led, Formato do horário: HH: MM:SS; Relógio: 12/24 horas; Cronômetro Regressivo: 99:59:59 para 00: 00:00; (Com som BIP) Cronômetro Progressivo: 00:00:00 para 99:59:59; ; (Com som BIP) Alimentação: 110/220V (não utiliza pilhas ou bateria) Tamanho: A 9cm L 32cm Tamanho dos Numeros: 5,5 x 3cm. Dimensão: 9, X 32, X 4 Cm, 1 - Cabo (1.20 M) 1 - Fonte Bivolt de BRINDE 1 - Controle Remoto.		UND	1	10	0	0	10	R\$ 120,00	R\$ 1.200,00
12	608513	Armário baixo confeccionado em madeira (MDP) com 2 portas e 3 prateleiras internas. Puxadores em polietileno Pés que permitem regulagem quando há desnível do piso, Altura: 72 cm Largura: 79 cm Profundidade: 41 cm, com Chave de segurança, cor Cinza.		UND	1	10	1	8	18	R\$ 612,00	R\$ 11.016,00
13	471999	Lousa de Vidro Branca, 08 furos para fixação, Fixação através de espaçadores, 01 Suporte de apoio para apagador, 01 Apagador, Película de segurança branca fosca aplicada atrás do vidro, vidros certificados pelo INMETRO, vidro temperado de 6mm, 3,00 x 1,20.		UND	1	10	1	6	16	R\$ 2.255,00	R\$ 36.080,00
14	395417	Detector de Metal Portátil Profissional Multifunção Cor Preto, bateria de 9 volts com consumo de energia de 270mW. Frequência de operação de 22kHz para detecção precisa. Alarme sonoro, luminoso e vibratório para diferentes alertas, Altura 41 cm, Largura 8,5 cm, Peso 409 g.		UND	1	15	1	15	30	R\$ 44,64	R\$ 1.339,20

15	602598	Estabilizador Celular Gimbal 3 Eixos Para Tripé, Video Estabilizador Câmera 360, Cor Preto, Materiais ABS, adaptador USB, 1 x Cabo de Carregamento, Conexão: Bluetooth para controle via aplicativo - Sistemas Suportados: compatível com sistemas operacionais móveis atuais, Bateria embutida de 3600mAh.		UND	1	5	1	2	7	R\$ 364,90	R\$ 2.554,30
16	632938	Balcão de Cozinha com tambo, Chapa de aço dobrado, porta: Chapa de aço estampada, Pintura eletrostática à pó, 3 Portas, 1 gaveta, Quantidade Total de Pés: 4 Pés, Sapatas removíveis, Cor: Branco.		UND	1	2	1	2	4	R\$ 617,99	R\$ 2.471,96
17	342513	Microfone condensador pescoço de ganso de mesa para discurso, Cápsula de condensador com resposta de frequência de 50 Hz a 16 kHz, Sensibilidade de -38 dB para captação precisa. Impedância de saída de 200 Ω, Cabo de 6 metros com conector XLR, LED indicador de funcionamento, incluído: 1 cabo XLR - P10, 1 esponja, cor: preto, haste de 41 cm.		UND	1	10	1	10	20	R\$ 593,50	R\$ 11.870,00
18	439260	Cavelete de madeira maciça, Dimensões do produto 25 x 60 x 120 cm, cor: marrom, para inauguração de placas, com base para apoio das placas.		UND	1	5	1	5	10	R\$ 94,00	R\$ 940,00
19	447661	Apresentador de slides sem fio, com ponteiro laser integrado, destinado ao controle de apresentações em ambientes educacionais e institucionais. Deve possuir conectividade sem fio por Bluetooth ou receptor USB 2,4 GHz, alcance mínimo de 20 metros, botões para avançar e retroceder slides, além de ponteiro laser vermelho de alta visibilidade. Compatível com Windows, macOS e softwares de apresentação como PowerPoint, Google Slides e similares, com design ergonômico e portátil, acompanhado de receptor USB e fonte de alimentação (pilha ou bateria).		UND	1	10	1	6	16	R\$ 120,00	R\$ 1.920,00
20	469920	Projektor multimídia portátil, com tecnologia de projeção 3LCD, brilho mínimo de 3.600 ANSI lúmens (cores e branco), resolução nativa XGA (1024 × 768), proporção de imagem 4:3, contraste mínimo aproximado de 15.000:1, capacidade de projeção de imagem de até 300 polegadas ou superior, correção trapezoidal (keystone) horizontal e vertical, alto-falante integrado, conectividade mínima com entrada HDMI, VGA e USB, e fonte de luz com vida útil mínima de 6.000 horas em modo normal e até 12.000 horas em modo econômico. Equipamento destinado a apresentações em ambientes educacionais ou corporativos.		UND	1	5	1	4	9	R\$ 5.850,00	R\$ 52.650,00
21	628028	Suporte de parede biarticulado para TV ou monitor, compatível com telas de 26 a 75 polegadas, com capacidade de carga mínima de 30 kg, fabricado em aço de alta resistência, pintura epóxi, compatível com padrão de fixação VESA de 75x75 mm até 400x400 mm, com sistema de movimentação articulada permitindo giro horizontal mínimo de 90°, inclinação vertical aproximada de +10° a -5° e ajuste de nível. Deve permitir afastamento mínimo da parede de aproximadamente 6 cm e máximo superior a 25 cm, possuir sistema de organização de cabos, acabamento anticorrosivo e kit completo de instalação com parafusos e acessórios. Produto destinado à fixação de televisores ou monitores em parede.		UND	1	10	1	10	20	R\$ 108,75	R\$ 2.175,00
22	475690	Tela de projeção retrátil portátil com tripé, área de projeção mínima de 1,80 x 1,80 metros, formato 1:1, superfície Matte White com ganho aproximado de 1.0 a 1.1, estrutura metálica com pintura anticorrosiva, sistema de ajuste de altura e múltiplos pontos de parada, destinada a apresentações em ambientes educacionais.		UND	1	5	1	5	10	R\$ 506,17	R\$ 5.061,70

23	358914	Poltrona para auditório, estofada, dotada de prancheta escamoteável, contra-capas em polipropileno, com espessura aproximada de 5 mm, pés de aço de apoiar (móvel), com espessura do aço aproximada de 2,2 mm, com pintura eletrostática. Braços em todos os assentos, com acabamento em madeira de alta resistência, com espessura aproximada de 3 cm. Espuma de alta densidade moldada a frio. Sistema de assento fixo. Espuma do encosto com espessura mínima de 8 cm e densidade mínima de 45 kg/m³. Espuma do assento com espessura mínima de 8 cm e densidade mínima de 50 kg/m³, comprimento total mínimo de 150 cm, largura 70 cm, altura total da poltrona de 100 cm, largura do braço de 8 cm, capacidade de peso: até 130 kg, cor: azul escuro, longarinas montadas e pronta para uso.		UND	1	150	1	100	250	R\$ 1.474,21	R\$ 368.552,50
24	620907	Mesa de som analógica com no mínimo 16 canais, conectores: P10, RCA, XLR, equalizadores de 3 bandas com médios semi paramétricos, processador de efeitos digitais (DSP) integrado, saídas principais balanceadas, saídas auxiliares (AUX), conectividade Bluetooth, fonte interna Bivolt 100-240V 60Hz. Modelo de referência: AMW M16 FX ou equivalente técnico de igual ou superior desempenho.		UND	1	2	1	2	4	R\$ 2.390,00	R\$ 9.560,00
25	350824	Suporte elevador elétrico para projetor (lift), para instalação embutida em teto/forro, com dimensões internas mínimas de 50 x 50 cm, acionamento por controle remoto sem fio (RF) ou equivalente, sistema motorizado de subida e descida, com capacidade mínima de carga de 20 kg. Estrutura metálica com acabamento resistente, sistema pantográfico ou equivalente, funcionamento silencioso, alimentação bivolt.		UND	1	4	1	4	8	R\$ 3.588,54	R\$ 28.708,32
26	601775	Caixa acústica passiva, com alto-falante de 8 polegadas, 240w de potência, 8 Ohms, Sensibilidade: 118 dB, Resposta de Frequência: 60 Hz – 20 Khz. Deve possuir conectores de entrada e saída tipo P10 (TRS 1/4"), gabinete em material resistente com grade frontal metálica de proteção, compatível com sistemas de sonorização profissional, Tweeter: 25mm, VC 1 polegada, para aplicação em suporte de parede, Voltagem 127/220V, Modelo de referência: caixa passiva 8" Waldman FK-240X ou equivalente técnico de igual ou superior desempenho.		UND	1	14	1	10	24	R\$ 1.387,95	R\$ 33.310,80
27	464025	Sistema de microfone sem fio duplo, padrão UHF, com 96 canais de operação, composto por 02 microfones de mão e 01 receptor, com alcance mínimo de 30 metros, saída de áudio XLR e/ou P10, Frequência mínima - Frequência máxima: 614 MHz - 698 MHz, Sensibilidade de -20 dB para áudio fiel, alimentação por pilhas e fonte externa, destinado a uso em sonorização de ambientes.		UND	1	5	1	3	8	R\$ 1.516,00	R\$ 12.128,00
28	263880	Sistema de microfone sem fio, padrão UHF, composto por transmissor tipo bodypack, microfone headset e/ou lapela, e receptor de mesa, com alcance mínimo de 30 metros, resposta de frequência aproximada de 40 Hz a 20 kHz, saída de áudio P10 e/ou XLR, alimentação por pilhas e fonte externa.		UND	1	5	1	5	10	R\$ 399,00	R\$ 3.990,00

29	480995	<p>Roupeiro com 02 portas. Descritivo: Tampo concebido em MDP revestido nas duas faces com filme termo prensado de melamínico com espessura de 0,2mm, texturizado, semifosco e antirreflexo. A placa com 25mm de espessura. Revestido apenas na frente com fita de policloroeteno com 2,5 mm de espessura mínima. Os outros lados são revestidos com fita de policloroeteno com 1mm de espessura mínima, os perfis são colados com adesivo hotmelt. O tampo deverá ser fixado nas laterais e ao traseiro por meio de buchas metálicas rosqueadas no próprio tampo com auxílio de pino m6 em aço e tambores de zamak. Divisória Vertical, Divisórias Horizontal, Prateleira regulável, Fundo, Traseiro, Laterais e Portas: Concebido em MDP revestidos nas duas faces com filme termo prensado de melamínico com espessura de 0,2mm, texturizado, semifosco e antirreflexo. A placa com 18mm de espessura. Revestidos em todo seu perímetro com fita de policloroeteno com 1mm de espessura mínima, os perfis são colados com adesivo hotmelt. As laterais são estruturais no armário, são fixadas ao fundo, ao tampo, ao traseiro e na prateleira fixa. Todas as peças devem ser fixadas por meio de buchas metálicas rosqueadas na própria madeira com auxílio de pino metálico m6 e tambores em zamak embutidos nas peças. Ao girar o tambor será feito o travamento dos componentes. No fundo é fixado sapatas redondas de 50mm de diâmetro e com regulagem de altura de até 15mm para possíveis desnível no piso, composta de material copolímero de alta resistência a impactos e abrasão. É fixada por parafusos metálicos bicromatizados. As portas são fixadas nas laterais por meio de dobradiças metálicas e parafusos metálicos bicromatizados. Dobradiças em zamak, abertura do eixo de até 270°, com pequeno travamento ao final do curso para que a porta não se abra involuntariamente. O travamento da porta é realizado tanto na parte superior e inferior pela fechadura composta de peças metálica de zamak e algumas buchas em nylon para resistir o uso. Os componentes da fechadura são os ganchos, batente regulável, guias das barras e barras em alumínio. A chave tem capa plástica dupla face e é do tipo dobrável. Na porta esquerda uma pequena chapa de aço com 1,2mm de espessura fixada com parafusos bicromatizados, para realizar o travamento da mesma. Cada porta contém um puxador metálico arcado fixado com parafusos padrão m4 no posterior de cada porta. 02 Cabideiros e 03 gavetas: Suporte em tubo redondo com diâmetro de 25mm e parede interna de 1,2mm, suporte em chapa de aço com espessura de 1,2mm para encaixe do tudo. São fixados nas laterais e divisórias com parafusos metálicos. O corpo das gavetas é dobrado para formar uma caixa, com dobras na lateral para reforço. Tampas na frente e atrás do corpo da gaveta para fechamento da caixa. Corrediças composta por quatro componentes em aço com deslizamento em rodas de nylon com abertura parcial. São fixadas duas na lateral do armário com parafusos metálicos bicromatizados e duas nas gavetas são soldadas antes da pintura.</p> <p>Os componentes em aço devem ser pintados pelo processo de pintura eletrostática a pó, com enxague alcalino a quente, água corrente e água deionizada, sucessivamente, terminando com a aplicação de produto baseado na tecnologia de olação e oxolação, terminando com a secagem em estufa com uma temperatura de 200°C. - Dimensões Estimadas (com possibilidade de variação em até 5% para mais ou menos): Largura: 870mm, Profundidade: 600mm, Altura: 2100mm e APÊNDICE em anexo.</p>		UND	1	80	1	10	90	R\$ 3.250,00	R\$ 292.500,00
Total estimado										R\$ 938.423,48	